

Vinicius Cardoso/Esp. CB/D.A Press



Brasil tem 13,5 milhões de miseráveis

A recessão dos últimos anos levou ao aumento da extrema pobreza. Segundo o IBGE, esse contingente de pessoas vive com menos de R\$ 69 por mês. Moradora da Estrutural, Maria Francisca está nesse grupo, que enfrenta o desemprego e tem baixa escolaridade.

PÁGINAS 5 E 6

SOCIEDADE

13,5 milhões de ultrapobres

IBGE constata que maioria dessas pessoas são pretas ou pardas, têm até 59 anos e não concluíram ensino fundamental. Dados são de 2018

» CRISTIANE NOBERTO*

O número de brasileiros vivendo na extrema pobreza chegou a nada menos que 13,5 milhões de pessoas, que vivem com menos de R\$ 145,00 por mês. O recorde histórico, referente a 2018, consta da Síntese de Indicadores Sociais (SIS), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgado ontem. A maioria dessas pessoas em total vulnerabilidade social são pretas e pardas (75%), de idade até 59 anos (96%) e não possuem parte do ensino fundamental (60%).

O estudo indica que o número de pobres, pessoas que vivem com menos de R\$ 420,00 mensais, segundo o Banco Mundial, diminuiu em aproximadamente 1 milhão de pessoas. Porém, a parcela de miseráveis aumentou para 4,5 milhões em quatro anos, desde 2014, início da recessão econômica. Segundo o SIS, o rendimento médio dessas famílias no final da pirâmide social foi

de R\$ 69 por mês, número muito abaixo do critério do Banco Mundial para a definição de extrema pobreza — aproximadamente R\$ 145/dia.

Segundo **Marcelo Neri, diretor do FGV Social** (departamento da Fundação Getúlio Vargas), a razão dessa disparidade na extrema pobreza é que essas pessoas não têm acesso a postos de trabalho formais, além da queda na base de distribuição do Bolsa Família e o aumento do desemprego nos últimos anos.

“Entre 2015 e 2018, 6 milhões de pessoas passaram a viver em famílias com renda zero. A alternativa foi ir para a informalidade, e o Bolsa Família se tornou a base da renda das famílias em uma época onde as pessoas perderam os empregos”, avaliou. Segundo ele, crescendo 2,5% ao ano, o Brasil somente conseguirá o mesmo resultado de cinco anos atrás em 2030.

O SIS ainda revelou que, em 2018, a população brasileira pobre — com rendimento domiciliar per capita inferior a R\$

420 por mês — não tinha infraestrutura básica, como coleta de lixo nas residências (9,7%), abastecimento de água tratada (15,1%) e acesso à rede de esgoto (35,7%).

Para os extremamente pobres, os percentuais eram muito maiores: 21,1% residiam em domicílios sem coleta de lixo, 25,8% não contavam com abastecimento de água por rede, e 56,2% moravam em lares sem esgotamento sanitário. Segundo o IBGE, esses serviços estão diretamente ligados à baixa condição de vida da população que vive em extrema pobreza.

A aproximadamente 20km do Palácio do Planalto, a Vila Santa Luzia, na cidade Estrutural, Maria Francisca Lima dos Santos, 25 anos, está desempregada e há dois meses era catadora de materiais recicláveis junto ao marido. Ganhava R\$ 20 por semana para sustentar as duas filhas pequenas e hoje depende do Bolsa Família.

* Estagiária sob a supervisão de Fábio Grecchi



Maria Francisca, da Vila Santa Luiza, está inserida na faixa de extrema pobreza, que aumentou, segundo IBGE

Abandono escolar, um flagelo

» MARIA EDUARDA CARDIM

O abandono escolar de adolescentes entre 15 e 17 anos é oito vezes maior entre os mais pobres. Enquanto, 11,8% dos jovens com menor renda deixaram os estudos sem concluir o ensino básico, em 2018, apenas 1,4% dos adolescentes com maior renda desistiram da sala de aula nesta fase. As informações são da SIS.

A desistência escolar foi um dos

destaques do levantamento, que trouxe dados considerados graves sobre a educação. No ano passado, cerca de 40% da população brasileira com 25 anos ou mais não concluíram o ensino fundamental. Nessa mesma faixa etária, 30,9% tinham o ensino médio completo e apenas 16,5% terminaram um curso superior.

Os números mostram que o nível de instrução da população ainda é insuficiente para colocar o Brasil próximo dos países ricos. Em 2017, o percentual médio, nas nações avançadas, de pessoas com 25 a 64 anos de idade que não concluíram o ensino médio, era de 21,8%. No Brasil, a taxa era de 49%.

A desigualdade pode ser notada além da questão da renda. Ao fazer um recorte racial, os dados mostram que o percentual de jovens brancos que frequentam ou concluíram o ensino superior (36,1%) é quase o dobro daquele de negros e pardos (18,3%). A falta de estudo se

reflete sobretudo na renda: brancos ganham, em média, 73,9% mais do que pretos ou pardos.

A falta de estudo é ainda mais aguda entre as mulheres, maioria entre os 10,9 milhões de jovens de 15 a 29 anos que não estudavam e nem estavam ocupados (os "nem-nem") em 2018. Enquanto 28,4% das jovens não trabalhavam nem estudavam, 17,6% dos homens estavam na mesma situação.

O grupo que não está no mercado de trabalho e não estuda representa 23% da população dessa faixa etária. O maior número de jovens "nem-nem" está na fatia da população com os menores rendimentos domiciliares per capita: 42,3% em 2018. Em outubro, o secretário de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, adiantou que medidas econômicas com foco nos jovens seriam anunciadas. Um pacote de medidas que estimulará a contratação, por exemplo, está previsto para breve.

R\$ 69 por mês
é, de acordo com o SIS, o rendimento médio dessas famílias na extrema pobreza, bem abaixo do valor considerado pelo Bird (R\$ 145/dia) como o mais baixo possível

SOCIEDADE / Levantamento do IBGE mostra que população branca ganhou 74% a mais, em média, do que a população preta ou parda. Maior diferença foi notada entre os trabalhadores com nível superior completo

Raça ainda difere salários

» GABRIEL PINHEIRO*

A população branca ganhou, em média, 73,9% a mais do que a população preta ou parda, mesmo na remuneração por horas trabalhadas. O rendimento-hora da população branca foi de R\$ 17,00— 45% a mais que a da população preta ou parda, que tinha um rendimento hora de R\$10,10. A maior diferença nessa remuneração por hora esteve entre os trabalhadores com nível superior completo: R\$ 32,80 para brancos e R\$ 22,70 para pretos ou pardos, segundo dados da Síntese de Indicadores Sociais 2019, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O levantamento mostra também que a taxa de desocupação da população preta ou parda foi de 14,1%, contra 9,5% para a população branca. As pessoas pretas ou pardas representaram, em 2018, 53,7% dos ocupados, mas 66% dos subocupados por insuficiência de horas.

Além disso, segundo a Síntese, entre os trabalhadores brancos, 34,6% tiveram trabalho informal,

enquanto entre os trabalhadores pretos ou pardos 47,3% estiveram na informalidade. A presença dos pretos ou pardos foi mais acentuada em atividades com os menores rendimentos: Agropecuária (60,8%), Construção (62,6%) e Serviços domésticos (65,1%). Já as pessoas de cor ou raça branca predominam nos grupos mais bem remunerados, como Informações ou Finanças.

Os 10% da população que ganham mais recebiam 13 vezes a renda dos 40% da população que ganham menos. As unidades da Federação com as maiores diferenças foram Piauí (acima de 18 vezes), Paraíba e Sergipe (em torno de 16 vezes) e as menores estavam em Santa Catarina, Goiás, Alagoas e Mato Grosso (todas abaixo de 10 vezes), segundo o IBGE.

O professor e especialista em desemprego e mercado de trabalho do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB), Carlos Alberto Ramos diz que esses fatores são estruturais no Brasil e que não variam conforme a melhora da economia. "A taxa do desemprego do negro é sempre mais alta do que o branco por causa de uma estrutura econômica de discriminação racial. Nos períodos de recessão econômica, as desigualdades se aprofundam. Isso afeta os mais vulneráveis."

Carlos Alberto acredita que a mudança a curto prazo é inviável, e considera que políticas públicas que facilitem o acesso à educação para as pessoas das periferias poderiam, a longo prazo, melhorar esses quadros de desigualdades de renda sobre a raça e gênero. Ele defende uma legislação que crie a obrigação da igualdade salarial nas empresas. "São extremamente necessárias as legislações que punam as diferenças salariais por critérios assim".

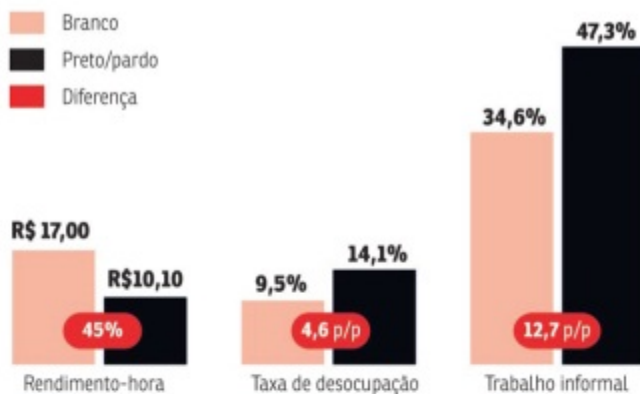


A taxa de desemprego do negro é sempre mais alta do que a do branco por causa de uma estrutura econômica de discriminação racial

Carlos Alberto Ramos,
professor da UnB

* Estagiários sob a supervisão
de Fabio Grecchi

Distância que se mantém



Maior presença do trabalhador preto/pardo:

Agropecuária (60,8%), Construção (62,6%) e Serviços domésticos (65,1%).

Maior presença do trabalhador branco:

Informações ou Finanças

* p/p = ponto percentual

Fonte: IBGE

Atenção com terceira idade

» CATARINA LOIOLA*

O Ministério da Cidadania lançou, ontem, o programa Vida Saudável na modalidade Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa, em Brasília. Visa oferecer à população na faixa etária acima dos 60 anos, de pelo menos 460 municípios, cursos de capacitação profissional e kits de atividades físicas, culturais e de lazer.

De acordo com o ministro Omar Terra, o orçamento do programa é em torno de R\$6 milhões, oriundos da Secretaria do Esporte. "Esse programa é para estimular não só o idoso, mas também os municípios a criarem políticas para os idosos, principalmente na área de atividade física. A inclusão social e o exercício da cidadania passam por isso".

O ministro destacou a necessidade de políticas públicas para contemplar essa população. Resaltou o papel fundamental das atividades físicas e culturais para melhorar a qualidade de vida. "Os idosos são o depositário da experiência humana. Eles têm papel importantíssimo e muita coisa para contribuir".

O programa reúne dois projetos da pasta: o Vida Saudável, da Secretaria Especial do Esporte, e a Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa, da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Será oferecido um kit que inclui, entre outros itens, tapetes fitness, cordas de ginástica, minicones, petecas, escadas de chão para treinamento funcional, caixa de som e jogos de dominós, xadrez e damas.

A adesão depende dos municípios, cujas prefeituras devem garantir pelo menos 14 meses de continuidade do programa. As inscrições devem ser feitas até 2 de dezembro próximo.

Sem esgoto, mas com internet

Pouco mais de um terço dos brasileiros vive em domicílios sem coleta de esgoto sanitário. O quadro, praticamente inalterado nos últimos anos, é pior no Norte e Nordeste. São 74,156 milhões de brasileiros, ou 35,7% da população total, vivendo nessas condições, mostra a SIS. Apesar da mazela, o acesso à internet, já disponível para 166 milhões de brasileiros, segue crescendo rapidamente.

Do total de pessoas vivendo em casas sem esgoto, 63%, ou 46,526 milhões, moram no Norte ou no Nordeste. No Norte, 79,3% dos habitantes moram em domicílios sem esgoto sanitário. No Nordeste, a proporção da população local vivendo nessas condições é de 57,1%. O quadro mudou pouco nos últimos anos porque a propor-

ção de pessoas em casa sem coleta de esgoto em 2016 era de 36,3%.

Segundo Fernando Garcia de Freitas, pesquisador do Instituto Trata Brasil, faltaram investimentos nas últimas décadas.

Mesmo sem coleta de esgoto em casa, as famílias brasileiras possuem bens como geladeira e telefones. Em 2018, a geladeira estava presente no domicílio de 98,3% dos brasileiros, enquanto 96,0% residiam em domicílios com pelo menos um telefone, fixo ou celular. A disseminação dos celulares leva a internet para a maioria da população: 79,9% dos brasileiros vivem em lares com internet, fixa ou móvel. Mesmo na população vivendo abaixo da linha de pobreza, 65,9% têm internet em casa, seja

móvel ou fixa, segundo o IBGE.

O total de miseráveis vem crescendo desde 2015. Em 2014, 4,5% dos brasileiros viviam abaixo da linha de extrema pobreza; em 2018, esse percentual subiu ao recorde de 6,5%; em quatro anos de piora, mais 4,504 milhões de brasileiros passaram a viver na miséria. Mesmo que o PIB cresça, em média, 2,5% ao ano até 2030 sem que haja concentração de renda ao longo do caminho, o país ainda terá ao fim da próxima década o mesmo contingente de miseráveis que tinha em 2014, calculou Marcelo Neri, diretor da FGV Social.

"Isso mostra a importância de fazer inclusão produtiva dos mais pobres. Porque só o crescimento econômico não vai zerar a pobreza extrema", alertou.